

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.249 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2001

JADER PEDE HOJE AO BC CÓPIA DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO NO BANPARÁ

O presidente do Senado, Jader Barbalho, informou que enviará hoje requerimento ao Banco Central solicitando cópia do relatório de fiscalização sobre o Banco do Estado do Pará (Banpará). Ele pedirá que outra cópia seja enviada ao Ministério Público no estado. A decisão do presidente do Senado foi tomada ontem diante de versões de que o relatório o envolveria.



Jader assegura ter certidão do BC informando que seu nome não consta do relatório

PÁGINA 4



Dutra solicita que Antonio Carlos seja ouvido pelo Conselho de Ética sobre declarações a procuradores

Dutra quer CPI para apurar todas as denúncias

PÁGINA 4



Tebet esclarece que o Conselho de Ética só vai investigar se houve quebra do decoro parlamentar

Tebet indica hoje relator para requerimento da oposição

PÁGINA 4

CFC analisa pedido de convocação de procuradores da República

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado analisa hoje requerimento do senador Romero Jucá que convida procuradores para falar sobre denúncias da *IstoÉ*.

PÁGINA 5

Plenário examina projeto que inibe a troca de partido

Exigência de quatro anos de filiação para quem quiser concorrer a cargo eletivo é vista como estímulo à fidelidade partidária

Está incluído na pauta de hoje do Senado projeto que amplia para quatro anos o prazo mínimo de filiação partidária para quem quiser concorrer a cargo eletivo. As exceções são para os que se filiam a partido político pela primeira vez e os que mudarem de partido devido a fusão, incorporação ou fundação de nova agremiação.

O projeto é de autoria do senador Jorge Bornhausen e foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com voto favorável do relator, senador Sérgio Machado.



Jorge Bornhausen pretende, com o projeto, a valorização dos partidos políticos

PÁGINA 3

Comissões podem ser definidas esta semana

As sete comissões permanentes do Senado podem ter seus presidentes definidos ainda esta semana, por acordo entre os líderes partidários.

De acordo com o Regimento Interno, a composição das comissões permanentes deve assegurar "tanto quanto possível" a participação proporcional dos blocos ou representações partidárias. Assim que os líderes indicarem seus representantes nas comissões, começa a contar o prazo de cinco dias úteis para a instalação dos trabalhos.

PÁGINA 3

Deputado relata indícios de lavagem de dinheiro no futebol

Deputado federal Robson Tuma, sub-relator da CPI do Narcotráfico, comparece hoje à CPI do Futebol para explicar aos senadores o que foi apurado sobre lavagem de dinheiro no esporte. Outro depoimento abordará o problema da evasão de rendas.

PÁGINA 3



CPI do Futebol ouviu hoje depoimentos sobre lavagem de dinheiro e evasão de rendas; na quinta, sobre os negócios do Vasco da Gama

Parlamentares da América Central visitam o Senado

Composta também por técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, delegação estuda o funcionamento do Legislativo

Parlamentares de Honduras e da República Dominicana e técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estão em visita ao Brasil para estudar o funcionamento do Legislativo. A delegação, que chegou a Brasília ontem, fica na cidade até quinta-feira.

O programa de estudos da comitiva – que inclui uma visita ao Chile, com o mesmo objetivo – é formado por uma série de debates e palestras. A partir de hoje, os parlamentares e os técnicos visitarão o Congresso Nacional. No Senado, irão a gabinetes de senadores e ao serviço de processamento de dados da Casa (Prodasen). Além disso, conhecerão o sistema de comunicação do Senado (TV, Rádio, Jornal do Senado,



Agaciel Maia falará à delegação de parlamentares e técnicos sobre a área administrativa do Senado



Raimundo Carreiro Silva abordará o processo legislativo em palestra para os visitantes

Agência de Notícias e o serviço Voz do Cidadão).

Entre os palestrantes estão o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, que irá falar sobre a área administrativa da Casa; o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, que tratará do processo le-

gislativo; o jornalista Helival Rios, que vai falar sobre a importância de um sistema de comunicação para dar transparência aos trabalhos legislativos; e o consultor legislativo Dirceu Mattos, que abordará a questão da assessoria técnica a parlamentares.

Ricardo Santos propõe beneficiar mais municípios com pagamento de royalties

Preocupado em gerar um desenvolvimento econômico mais uniforme ao redor das cidades beneficiadas com o pagamento de royalties pela extração do petróleo, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apresentou projeto que estende esse direito. Não só os municípios confrontantes à plataforma continental receberão o pagamento de royalties, mas também as áreas geoeconômicas que os circundam. Os municípios vizinhos serão os beneficiados.

O objetivo do projeto de Ricardo Santos é evitar o desequilíbrio gerado com a alta receita de royalties para alguns poucos municípios, enquanto as áreas ao seu redor são ignoradas. Se aprovada, a nova redação da lei incluirá essas áreas como beneficiárias: 26,5%



Santos defende mudança para evitar os desequilíbrios gerados atualmente

dos royalties serão pagos aos municípios confrontantes à exploração de petróleo e também a suas respectivas áreas geoeconômicas. Pela redação atual, esses municípios detêm, sozinhos, 22,5% da receita proveniente dos royalties.

Para destinar os recursos às áreas em questão, o projeto re-

distribui os pagamentos pela extração de petróleo. A porção repassada aos estados diminui de 22,5% para 20%, e o montante que é repassado aos municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural diminui de 7,5% para 6%.

O projeto, que se propõe a corrigir as distorções que têm sido observadas, modifica também a distribuição do fundo de participação especial, que é pago no caso de grande rentabilidade e aumento das atividades petrolíferas. Ricardo Santos acrescenta em 5% o percentual repassado aos municípios confrontantes à plataforma continental, retirando parte da receita que seria destinada aos estados.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 187/99, modifica a Lei nº 9.096, de 1995, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PLS nº 113/2000-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada; PDL nº 213/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paranaíba para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itumbiara (GO); PDL nº 242/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itapeva para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapeva (SP); PDL nº 293/99, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Correio do Vale para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamanguape (PB); PDL nº 2/2000, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Paiquerê para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina (PR); PDL nº 3/2000, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Apucarana para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana (PR); PDL nº 22/2000, aprova o ato que outorga concessão à Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Abaetetuba (PA); PDL nº 86/2000, aprova o ato que outorga permissão à Empresa Chapadense de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapadão do Sul (MS); PDL nº 122/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Debie para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ivaiporã (PR); Requerimento nº 14-A, solicita a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 276/2000-Complementar, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para uniformizar os mandatos dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário com o exercício financeiro; Requerimento nº 15/2001, solicita a tramitação conjunta do PLS nº 252/2000 (dispõe sobre o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais), com os de nºs 151 e 353, de 1999, que já se encontram apensados, por versarem sobre o mesmo assunto; Requerimento nº 16/2001, solicita a tramitação conjunta do PLS nº 595, de 1999, com os de nºs 545, 582, 665 e 681, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 17/2001, solicita a tramitação conjunta da PEC nº 39, de 2000, com as de nºs 29 e 39, de 1999, que já se encontram apensadas, por versarem sobre o mesmo assunto.

COMISSÕES

Após a Ordem do Dia – CPI do Futebol

Pauta: Depoimentos do deputado Robson Tuma e do ex-deputado estadual José Francisco Veloso, que presidiu a CPI criada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 1994, para investigar a evasão de renda nos estádios de futebol. *Ala senador Nilo Coelho, anexo II, sala 2*

17h – Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Apreciação de diversos requerimentos. *Ala senador Nilo Coelho, anexo II, sala 6*

ESPECIAL

13h30 – Reunião do Bloco Oposição

Pauta: Reunião dos líderes da oposição do Senado Federal e da Câmara dos Deputados com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva e José Dirceu. *Liderança da Câmara dos Deputados*

PREVISÃO

Quarta-feira

10h – Sessão solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. *Plenário do Senado*

14h30 – Sessão não deliberativa

Pauta: Comparecimento, em plenário, do ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, em cumprimento ao Requerimento nº 6/2001, de autoria do senador Paulo Hartung, aprovado no dia 6 de fevereiro passado, para prestar esclarecimentos sobre o embargo comercial canadense à carne bovina brasileira, medida seguida pelo México e Estados Unidos da América, bem como sobre o impasse entre Brasil e Canadá, envolvendo subsídios do governo canadense ao setor de aviação.

Quinta-feira

10h – Sessão não deliberativa

Pauta: Comparecimento, em plenário, do ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, em cumprimento ao Requerimento nº 7/2001, de autoria do senador Osmar Dias, aprovado no dia 6 de fevereiro passado, a fim de prestar informações sobre o embargo comercial adotado pelo Canadá, Estados Unidos da América e México contra o rebanho bovino nacional.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprecia mudança no prazo de filiação partidária

Projeto do senador Jorge Bornhausen, aprovado pela CCJ, tem o objetivo de valorizar e fortalecer os partidos políticos

O Plenário do Senado Federal vota hoje projeto de lei que amplia para quatro anos o prazo mínimo de filiação partidária para quem quiser concorrer a cargo eletivo. As exceções são para aqueles que se filiaram a partido político pela primeira vez — o prazo mínimo para disputar o pleito será de um ano — e para aqueles que mudaram de partido devido a fusão, incorporação ou fundação de nova agremiação.

O projeto, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com voto favorável do relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE). Votaram contrariamente, na comissão, os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), que está licenciado, Roberto Requião (PMDB-PR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que apresentou voto em separado.

Em seu voto, o relator lembra que a proposta é “resultado de exaustivos debates, no âmbito da Comissão Especial Temporária encarregada de estudar a reforma político-partidária”. O projeto pretende alterar o artigo 18 da Lei nº 9.096, que



Bornhausen quer fixar em quatro anos o prazo mínimo de filiação para candidato a cargo eletivo

fixa em um ano o prazo mínimo de filiação partidária requerido para disputar as eleições. Para o relator, a importância da matéria “decorre fundamentalmente da incontestável necessidade de valorização e fortalecimento dos partidos políticos”.

Também na Ordem do Dia desta terça-feira estão as renovações das concessões da Rádio Parnaíba Ltda., de Itumbiara (GO), e da Rádio Clube de Itapeva, na cidade de mesmo nome (SP); e as outorgas de per-

missões para a Rádio Correio do Vale Ltda., em Mamanguape (PB), e para a Empresa Chapadense de Comunicação Ltda., em Chapadão do Sul (MS). Completam a pauta dois recursos alterando tramitações de duas outras proposições.

ANTECIPAÇÃO

Amanhã, quarta-feira, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, virá ao Senado para falar no plenário sobre o embargo comercial pelo Canadá à carne bovina brasileira. Parte da pauta da quinta-feira foi antecipada e será votada hoje, em virtude do comparecimento, naquele dia, do ministro da Agricultura, Pratini de Moraes.

Assim, além de mais oito decretos legislativos e quatro requerimentos, os senadores vão examinar hoje o projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que torna inelegíveis os candidatos com prestações de contas de gastos de campanha rejeitadas pela Justiça. Na justificativa de seu projeto, Mendes recorda não haver notícia de punição de candidatos por irregularidades observadas em contas referentes a campanha eleitoral.

Senadores propõem comissão para inspecionar fronteira com a Colômbia

A possibilidade de uma intervenção norte-americana na Colômbia motivou requerimento de um grupo de senadores para que seja formada uma comissão com o objetivo de inspecionar as fronteiras do país com o Brasil. O requerimento foi lido na sessão da última quinta-feira e ainda vai ser apreciado em Plenário.

Encabeçado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) e subscrito pelos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), José Eduardo Dutra (PT-SE), Geraldo Cândido (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e pelo então senador Júlio Eduardo (PV-AC), o documento defende a necessidade de que cinco parlamentares inspecionem a região para acompanhar as ações do governo naquela área.

O Plano Colômbia, como é chamada a ação americana, pode, na opinião dos senadores, trazer sérias conseqüências tanto para a população quanto para o meio ambiente. Há suspeita de que seja estratégia dos Estados Unidos, para combater o narcotráfico, o uso de um



Heloísa Helena encabeça o requerimento, que será votado em plenário

fungo que, além de destruir as plantações de coca e papoula, pode causar graves danos a grande parte do ecossistema da Amazônia, observam os senadores.

Eles ainda alertam para a declaração do vice-ministro da Defesa dos Estados Unidos, James Bodner, feita durante a Conferência Ministerial de Defesa das Américas, segundo a qual, independente do apoio dos países latino-americanos, o Plano Colômbia será executado.

Novos presidentes de comissões devem ser escolhidos esta semana

Os novos presidentes das sete comissões permanentes do Senado devem ser indicados ainda esta semana, após acordo entre os líderes partidários. Segundo adiantou a assessoria de imprensa da liderança do PSDB, o partido deve manter a indicação do senador Lúcio Alcântara (CE) para a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A decisão foi tomada em reunião da banca realizada antes do carnaval e já estava prevista nas negociações para a composição da chapa eleita para a Mesa do Senado no biênio 2001/2003.

A expectativa é de que o líder do PFL na Casa, senador Hugo Napoleão (PI), defina hoje os integrantes do partido designados para as diversas comissões. A exemplo do PSDB, que disputa a presidência da CAE, o PFL deve pleitear a presidência de outro importante colegiado: a Comissão de Constituição, Justiça



Hugo Napoleão pode definir hoje as indicações do PFL para as diversas comissões

e Cidadania (CCJ). Também devem ser escolhidos os presidentes das comissões de Assuntos Sociais (CAS), Educação (CE), Fiscalização e Controle (CFC), Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

De acordo com o Regimento Interno do Senado, a composição das comissões permanentes deve

assegurar “tanto quanto possível” a participação proporcional dos blocos ou representações partidárias. Assim que os líderes indicarem seus representantes nas comissões, começa a contar o prazo de cinco dias úteis para a instalação de seus trabalhos e a eleição do presidente e vice-presidente, em votações secretas.

Os próximos presidentes das comissões temáticas terão de enfrentar uma extensa pauta de propostas prontas para entrar em votação: 360 projetos de lei de autoria de senadores, 42 projetos enviados pela Câmara, 19 projetos de decreto legislativo e 64 propostas de emenda à Constituição. Caberá a eles ordenar e dirigir os trabalhos da comissão, dar conhecimento e designar relatores para todas as matérias recebidas, além de intermediar a comunicação entre os integrantes do colegiado e a Comissão Diretora.

CPI ouve depoimentos sobre desvio de rendas e lavagem de dinheiro

Os senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que está investigando o futebol brasileiro



ouvem hoje, após a Ordem do Dia, os depoimentos do deputado federal Robson Tuma (PFL-SP) e do ex-deputado estadual do Rio de Janeiro José Francisco Veloso. Tuma, que foi sub-relator da CPI do Narcotráfico da Câmara, falará sobre a descoberta de lavagem de dinheiro no futebol. José Francisco Veloso, que em 1994 presidiu uma CPI na Assembléia do Rio sobre a evasão de renda nos estádios de futebol, falará sobre os resultados da apuração feita pelos deputados. Sobre esse assunto, foi aprovado requerimento do relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), solicitando as atas de todas as reuniões e as cópias dos depoimentos recolhidos pela CPI presidida pelo depoente.

Na quinta-feira, a CPI do Futebol ouviu o funcionário do Departa-

mento de Futebol do Vasco da Gama Aremithas José de Lima e o ex-presidente do clube Antonio Soares Calça-

da. Aremithas dará explicações sobre o depósito de R\$ 2 milhões feito pela Vasco Licenciamentos (empresa que administra a parceria do clube com o Bank of America) em sua conta corrente.



Geraldo Althoff pediu atas da CPI que investigou evasão de rendas no Rio de Janeiro

Dutra defende instalação de CPI para apurar denúncias

Líder do Bloco Oposição solicita ao Conselho de Ética que peça depoimento de ACM sobre conversa com procuradores

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), defendeu ontem, em plenário, a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar não só as denúncias de corrupção apresentadas nos dias que antecederam a eleição da nova Mesa do Senado, como também as que teriam sido feitas pelo ex-presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, em conversa com três procuradores da República.

Dutra solicitou ao Conselho de Ética que peça um depoimento de Antonio Carlos sobre a conversa com os procuradores e se empenhe junto ao Ministério Público para obter uma cópia das fitas que teriam sido gravadas durante o encontro. Além disso, apresentou requerimento determinando a divulgação, pelo governo, do conteúdo de relatório elaborado pelo Banco Central sobre eventuais irregularidades cometidas na gestão do Banpará quando era governador do estado o atual presidente da Casa, senador Jader Barbalho.

— O que está em jogo é a imagem do Congresso Nacional, que não pode fingir que não está acontecendo nada nesse país — afirmou Dutra em seu pronunciamento, aparteadado por três senadores. Na sua opinião, o único caminho para preservar o Legislativo junto à opinião pública é o de aprofundar as investigações de todas as denúncias que vêm sendo feitas da tribuna e publicadas pela imprensa nas últimas semanas.

Para isso, o líder disse estar disposto a conversar com todos os partidos — sem distinção entre os



Dutra alerta que o único caminho para preservar o Legislativo é investigar todas as denúncias

de oposição e os da base governista — a respeito dos temas que seriam investigados por uma eventual CPI. “Estamos abertos a sugestões de todos os parlamentares sobre as denúncias que deverão ser apuradas”, disse Dutra.

Na opinião do senador, também deve ser investigada pelo Conselho de Ética a denúncia de quebra de sigilo durante a votação, por meio do painel eletrônico, do pedido de cassação do senador Luiz Estevão. Segundo a revista *IstoÉ*, Antonio Carlos Magalhães teria dito aos procuradores que tinha a lista de todos os parlamentares que haviam votado contra e a favor da perda de mandato do ex-senador.

A possibilidade de quebra de sigilo na votação motivou o senador a pedir o apoio dos colegas a uma emenda constitucional do senador Tião Viana (PT-AC) que determina o fim das votações secretas. “O voto secreto é um direito do cidadão comum, mas o parlamentar não é um cidadão comum”, comparou. “Nós representamos milhares de pes-

soas que têm o direito de saber como votamos”.

PEDIDO

José Eduardo Dutra disse ontem que encaminhará ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), material adicional para apurar fatos citados na revista *IstoÉ* da semana passada e pedido de convocação do senador Antonio Carlos Magalhães para esclarecer, junto aos integrantes do colegiado, a veracidade das denúncias que tem feito contra o governo e a suposta violação do painel de votação eletrônico do Senado.

Conforme divulgou a revista, em conversa com três procuradores da República — Luiz Francisco de Souza, Guilherme Shelb e Eliana Torelly —, Antonio Carlos Magalhães apresentou denúncias de corrupção em órgãos do Executivo e disse ter tido acesso ao resultado de votação no plenário do Senado protegida por sigilo.

O pedido de apuração das denúncias foi apresentado ao conselho na última sexta-feira. No aditamento a ser feito, Dutra informou que deverão constar o último número da revista *IstoÉ*, com a degravação das fitas que registraram a conversa entre o senador baiano e os procuradores, e matéria publicada no final de semana pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Segundo divulgou o jornal paulista, dois funcionários do Prodasen teriam confirmado, anonimamente, que o painel eletrônico do Senado foi violado por ocasião da votação secreta que resultou na cassação do senador Luiz Estevão.

dente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Tebet recusou-se a antecipar o nome do relator e a qual partido ele pertence. Evitou ainda comentar uma possível decisão do senador Antonio Carlos Magalhães de não prestar esclarecimento ao Conselho de Ética, caso o órgão não investigue suas denúncias contra o presidente do Senado, Jader Barbalho. “O conselho realmente não tem poder para convocar um senador, mas acho que

todo homem público não pode se furtrar a prestar esclarecimentos sobre qualquer denúncia”, sustentou Tebet.

Ele acrescentou que, até agora, o conselho só deverá investigar se o decoro parlamentar foi ferido por um possível vazamento do resultado de votações secretas feitas no painel do Senado. Outros “fatos genéricos” citados no requerimento inicial das oposições, a seu ver, não são assuntos para o Conselho de Ética. Tebet disse ter sido

Jader pedirá cópia de relatório sobre Banpará

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), afirmou em entrevista coletiva que enviará requerimento hoje ao Banco Central solicitando cópia do relatório da fiscalização do BC no Banco do Estado do Pará (Banpará) entre



Jader diz ter certidão do BC afirmando que seu nome não consta do relatório

1984 e 1987. Segundo alguns órgãos de imprensa, o relatório conterá informações envolvendo Jader. O presidente do Senado solicitará que outra cópia seja enviada ao Ministério Público do Pará.

— Quero adiantar que tenho certidão do Banco Central afirmando que meu nome não cons-

ta desse relatório — disse o presidente do Senado.

Falando de sua casa em Brasília, por telefone, a um grupo de jornalistas credenciados no Senado, com a ajuda do sistema viva-voz, Jader disse que examinará o teor do relatório.

Só depois decidirá sobre seu encaminhamento. Ontem, o ex-presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), propôs que Jader divulgue o conteúdo do documento. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu que o Plenário requeira ao BC cópia do relatório.

Antonio Carlos dá apoio a uma investigação ampla

A proposta de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de corrupção no governo recebeu ontem o apoio do ex-presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Em aparte a pronunciamento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ele se disse favorável à instalação de uma “CPI ampla”.

— Há muito o que investigar e há tempo para isso — disse Antonio Carlos, incluindo, entre os temas a serem analisados pela CPI, as eventuais irregularidades observadas na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Antonio Carlos disse ainda ser favorável à investigação sobre a possí-



“Há muito o que investigar e há tempo para isso”, garante Antonio Carlos

vel quebra de sigilo do painel eletrônico do Senado, durante a votação do pedido de cassação do ex-senador Luiz Estevão. Advertiu, porém, que não se deve tentar utilizar o tema como arma para que ele deixe de apontar irregularidades no governo.

Ele acusou o senador

Roberto Freire (PPS-PE) — que defende a cassação do mandato do ex-presidente da Casa, por causa da possível quebra de sigilo — de haver infringido o Regimento Interno ao não votar em cabine própria na eleição para presidente do Senado. O senador Paulo Hartung (PPS-ES), em outro aparte, disse que ele mesmo havia tornado público seu voto em Jefferson Péres (PDT-AM) e que não havia de sua parte ou da parte de Freire a intenção de provocar ninguém.

Tebet indica hoje relator do requerimento de oposicionistas

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou ontem, em entrevista à imprensa, que vai esperar até hoje para indicar o relator que examinará requerimento das oposições para apuração dos fatos citados na última edição da revista *IstoÉ*. O senador Roberto Freire (PPS-PE), em telefonema a Tebet, informou que apresentará dentro de 24 horas novos fatos ao requerimento, envolvendo o ex-presi-

dente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Tebet recusou-se a antecipar o nome do relator e a qual partido ele pertence. Evitou ainda comentar uma possível decisão do senador Antonio Carlos Magalhães de não prestar esclarecimento ao Conselho de Ética, caso o órgão não investigue suas denúncias contra o presidente do Senado, Jader Barbalho. “O conselho realmente não tem poder para convocar um senador, mas acho que

todo homem público não pode se furtrar a prestar esclarecimentos sobre qualquer denúncia”, sustentou Tebet.

Ele acrescentou que, até agora, o conselho só deverá investigar se o decoro parlamentar foi ferido por um possível vazamento do resultado de votações secretas feitas no painel do Senado. Outros “fatos genéricos” citados no requerimento inicial das oposições, a seu ver, não são assuntos para o Conselho de Ética. Tebet disse ter sido

informado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) da intenção do Bloco Oposição de ampliar o requerimento.

O presidente do conselho recusou-se a comentar o fato de Antonio Carlos Magalhães ter negado em entrevistas que teve acesso ao resultado secreto do painel de votações, apesar das afirmações em contrário do procurador da República Luiz Francisco de Sousa. “Eu estaria julgando se respondesse a essa pergunta”, afirmou. Ele disse que “em 30 ou 40 dias”



Tebet afirma que investigação do conselho vai limitar-se à denúncia de quebra de decoro

o Conselho de Ética deverá encerrar suas apurações sobre os fatos citados pela revista *IstoÉ*.

Viana quer fim de voto secreto em processo de cassação

Proposta de emenda constitucional, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, exige o voto aberto nas deliberações da Câmara e do Senado sobre a perda de mandato de deputado ou senador

No momento em que o Senado investiga a possível violação do painel eletrônico de votação durante o processo de cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode colocar em pauta, ainda neste semestre, proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Tião Viana (PT-AC) que exige voto aberto nas deliberações do Plenário sobre a perda de mandato de deputado ou senador. A PEC está aguardando a designação de relator para emissão de parecer. "Vou pedir prioridade para a tramitação da matéria", disse Tião Viana à Agência Senado.

Na avaliação dele, a proposta é uma "ótima contribuição" para a transparência nas votações do Congresso e "uma medida mais afeita ao regime democrático". O voto se-

creto nesses casos, para o parlamentar, "é herança colonial e cria uma defesa à liberdade de consciência".

Viana apresentou a PEC em setembro de 2000, logo após a cassação de Luiz Estevão por quebra de decoro parlamentar. A alteração atinge o parágrafo 2º do artigo 55 da Constituição, prevendo que "a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto ostensivo e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional".

O fim da votação secreta no processo de cassação de mandato de deputado ou senador alcançaria, por exemplo, os casos em que o acusado tenha procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar ou sofrido condenação criminal em sentença

transitada em julgado. Ao propor a medida, Tião Viana diz que sua intenção é compatibilizar as normas constitucionais que regem o funcionamento do Legislativo com os anseios da população.

"É muito importante que os membros da sociedade possam saber como votou cada congressista e, ainda, quais os argumentos utilizados por cada qual, ora pela cassação, ora pela absolvição", sustenta. Ainda na opinião do senador petista, a publicidade desse voto vai permitir aos eleitores maior conhecimento de seus representantes, contribuindo para aprimorar o Legislativo e desenvolver o senso de responsabilidade entre os integrantes da classe política. "Cremos que o voto secreto deve ficar adstrito à cidadania na hora de escolher seus candidatos", argumentou.



Tião Viana vai pedir à CCJ prioridade para a apreciação da sua proposta

CFC analisa hoje pedido de convocação de procuradores

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se a partir das 17h de hoje para apreciar vários requerimentos. Um deles, de autoria do presidente da comissão, senador Romero Jucá (PSDB-RR), convida para prestarem depoimento os procuradores federais Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Se o requerimento for aprovado pela maioria dos membros da comissão, os procuradores deverão ser convidados a se pronunciar a respeito das denúncias de irregularidades supostamen-

te cometidas pelo ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.

As denúncias foram divulgadas pela revista *IstoÉ*, baseadas em gravações feitas a partir de conversa mantida entre o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e os três procuradores. Com os depoimentos, Jucá disse que a comissão retoma seus trabalhos de apuração relativos a material encaminhado ano passado pela subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Jucá sugere que a comissão ouça Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly

(CCJ), que foi aberta para dar andamento às investigações da CPI do Judiciário.

Instalada comissão que vai investigar quebra de sigilo

A comissão do Senado que apura o suposto vazamento de informações sigilosas sobre as investigações que levaram à cassação do senador Luiz Estevão foi instalada ontem e já decidiu solicitar à Secretaria de Comissões Especiais os nomes dos funcionários que assessoraram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário. Conforme a revista *IstoÉ*, o jornalista Fernando Cesar Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, teria

dito, em conversa gravada, que passou informações sigilosas da CPI a jornalistas.

Presidida pelo consultor legislativo Wilson Roberto Theodoro, a comissão resolveu ainda requisitar toda a documentação sobre o assunto, incluindo reportagens e documentos do Senado. Ao mesmo tempo, foram solicitadas à área de pessoal informações funcionais do ex-diretor, pois ele não pertence ao quadro de funcionários de carreira do Senado.

Nova reunião será realizada na

sexta-feira ou na próxima segunda-feira. Até lá, os integrantes da comissão pretendem ler a documentação disponível, de maneira a orientar as investigações.

Fazem parte da comissão, além do presidente Wilson Theodoro, o consultor legislativo Arlindo Fernando de Oliveira e a advogada Helena Pereira Guimarães, todos funcionários de carreira do Senado. Eles têm 60 dias para realizar os trabalhos, que são prorrogáveis por mais 60, se houver necessidade.

Oposição discute amplitude de CPI

Os líderes dos partidos de oposição no Senado e na Câmara reúnem-se hoje para definir a amplitude das investigações que poderiam ser realizadas pela CPI mista proposta para apurar as denúncias sobre corrupção no governo feitas pelo ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). De acordo com o líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), o raio de ação da CPI deve ser o que obtenha o maior apoio político possível, de modo a que a comissão possa ser instalada logo.

Em aparte a discurso proferido por Dutra em plenário, Antonio Carlos disse ser favorável a uma CPI ampla. Conforme reprodução feita pela revista *IstoÉ* de conversa com procuradores da República, o senador baiano teria afirmado que a abertura do sigilo telefônico e bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduar-

do Jorge poderia comprometer o presidente Fernando Henrique Cardoso. Na oposição, há os que defendem que a CPI se concentre no exame do caso Eduardo Jorge, com o argumento de que essa opção traria resultados efetivos em tempo mais curto. Entretanto, há quem seja favorável ao exame das diversas denúncias de corrupção contra o governo.

O encontro da oposição será realizado a partir das 13h30 no gabinete da liderança do PT na Câmara dos Deputados. Ali, também haverá reunião do presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP), e de seu antecessor, o ex-deputado Luiz Inácio Lula da Silva, com as bancadas do partido no Senado e na Câmara. Não está confirmada a presença dos dois líderes na reunião para tratar da CPI. Segundo a assessoria de Dutra, as reuniões serão "dois eventos distintos".

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

Tasso Rosado homenageia poetisa potiguar

Senador afirma que Auta de Souza, embora tenha produzido um único livro – “O Horto” –, figura entre os maiores vultos da literatura do estado do Rio Grande do Norte, ao lado de Zila Mamede e Câmara Cascudo



Segundo Tasso, a contribuição de Auta de Souza às letras foi reconhecida pelos nomes mais relevantes da literatura na época

O senador Tasso Rosado (PMDB-RN) homenageou ontem a poetisa potiguar Auta de Souza, por ocasião do centenário de seu falecimento, ocorrido no dia 7 de fevereiro de 1901 devido a uma tuberculose, quando ela tinha 24 anos de idade. O senador solicitou que a homenagem seja transmitida, pelo Senado, à Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, da qual a

poetisa é patrona da cadeira número 20.

Na avaliação de Rosado, embora tenha produzido um único livro – *O Horto* –, a poetisa figura entre os maiores vultos da literatura do estado, ao lado de Zila Mamede e Câmara Cascudo. “O brilho de sua inteligência e a valiosa contribuição que deu às letras brasileiras foram reconhecidos pelos nomes mais relevan-

tes da literatura da época, como Olavo Bilac, Nestor Victor, Alceu de Amoroso Lima, Jackson Figueiredo, Alfredo Bosi e Manuel Bandeira”, disse o senador.

Para comemorar a data, o pesquisador e escritor Cláudio Galvão lançou *O Cancioneiro de Auta de Souza*, reunindo partituras com seus poemas que se transformaram em letras de canções, anunciou Tasso Rosado.

Projeto de Freire autoriza União a rever valores de desapropriações

Projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) autoriza a União a requerer a revisão judicial dos valores atribuídos à desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária. Relatado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), o projeto aguarda decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O texto dispõe que, ante o requerimento da União, o juiz suspenderá provisoriamente o pagamento da desapropriação e designará perito para proceder à nova avaliação, concedendo a atualização monetária cabível, desde que não ultrapasse o valor de mercado do imóvel.

Ainda de acordo com o projeto, a parte desapropriada e o Incra poderão indicar assistente técnico do perito, aplicando-se aí as regras do Código de Processo Civil. Os va-

lores porventura pagos a mais pela União serão considerados dívida ativa da Fazenda, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal dos que concorreram para o aumento injustificado do valor da desapropriação.

Freire disse que seu objetivo é a criação de um instrumento legal que permita a solução de grave problema que hoje afeta o programa de reforma agrária, com sérias repercussões nos cofres públicos. Ele disse que há sentenças fixando valores de indenização de imóveis desapropriados



Roberto Freire advertiu que desapropriações viraram uma sangria de recursos públicos

que ultrapassam, em muito, os preços de mercado e mesmo os limites da razoabilidade.

Freire também observou que, devido à demora na tramitação dos processos na Justiça, as desapropriações para fins de reforma agrária passam a ser um “alto negócio” para os ex-

propriados, desrespeitando o princípio constitucional da “justa indenização”. Por isso, ele entende ser necessário munir o poder público de procedimentos que permitam sustar essa verdadeira sangria de recursos públicos.

TV Senado analisa situação da mulher no mercado de trabalho

O programa *Cidadania* de hoje inaugura uma série de programas dedicados à mulher que a TV Senado exibe ao longo deste mês. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) e a presidente da Central Única dos Trabalhadores no Distrito Federal, Erika Kokay, analisam a situação da mulher na sociedade e levantam questões como a disparidade salarial entre homens e mulheres e a discriminação por parte das próprias mulheres. O *Cidadania* é exibido à 1h, às 6h30 e às 13h30.

Realidade, interiorização e desenvolvimento são os assuntos do programa *Debate* de hoje. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o presidente do Instituto de Pesquisa Eco-

nômica Aplicada (Ipea), Roberto Martins, apontam a má distribuição de renda como a grande responsável pelas desigualdades constatadas no último censo e defendem uma política mais voltada para o social e a educação como a saída para o problema. O programa vai ao ar às 11h.

O biodiesel é o tema debatido no programa *Entrevista*, que vai ao ar hoje, às 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30, na TV Senado. O senador Alberto Silva (PMDB-PI), convidado do programa, fala do acordo, do qual foi patrocinador, entre a Universidade Federal do Piauí e a equipe técnica da Universidade Federal do Ceará no projeto de viabilização do óleo combustível feito a partir da mamona.

O senador afirma que a comercialização do biodiesel feito da mamona melhoraria a vida de pelo menos cem mil agricultores do sertão do Piauí, já que a mamona é um fruto resistente à seca, podendo ser cultivada o ano todo, gerando renda para o agricultor.

A privatização da telefonia brasileira e a democratização do serviço de telecomunicações são os temas abordados pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES) no programa *Entrevista* das 9h30. O senador acredita que a privatização aprimorou o serviço de telefonia, mas observa que ainda há falhas no novo sistema, principalmente em relação à qualidade dos serviços prestados.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – Sen. Marluce Pinto e Erika Kokay, presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal, falam sobre a situação social da mulher
7h30 – *Entrevista* – Sen. Alberto Silva fala sobre o biodiesel
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *Saúde/Unip* – Correção de deformações congênitas – parte 1
9h – *As Cores do Brasil* – Ceará
9h30 – *Entrevista* – Sen. Ricardo Santos fala sobre a telefonia brasileira
10h – *Especial* – Fortes de Salvador
10h30 – *Cores do Brasil* – Belém
11h – *Debate* – Sen. Ramez Tebet e o presidente do Ipea, Roberto Martins, falam sobre interiorização e desenvolvimento
12h – *Cores do Brasil* – Natal
12h30 – *Entrevista* – Sen. Alberto Silva fala sobre o biodiesel
13h – *As Cores do Brasil* – Espírito Santo
13h30 – *Cidadania* – Sen. Marluce Pinto e Erika

Kokay, presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal, falam sobre a situação social da mulher

14h30 – Sessão plenária (ao vivo)
18h30 – CPI do Futebol (ao vivo)
20h30 – *Entrevista* – Sen. Alberto Silva fala sobre o biodiesel
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão plenária do Senado
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirecTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica – Sistema Analógico:

- Satélite: B1
- Transponder: 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência: 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Saturnino propõe prazo maior para adaptação à LRF

Projeto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal com o objetivo de aumentar para até quatro anos o período de carência para os municípios limitarem os gastos com o funcionalismo a 60% da receita corrente líquida

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve apreciar neste semestre projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que amplia o prazo para enquadramento dos municípios no limite de despesa de pessoal fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A lei garante uma carência de dois anos para os municípios ajustarem os gastos com o funcionalismo a 60% da receita corrente líquida, mas Saturnino considera esse prazo "insuficiente".

A preocupação dele se volta, principalmente, para as cidades que perderam recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) após a aprovação da Lei Camata, em 1997. Com base em estudo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal



Para Saturnino, é "insuficiente" o prazo de dois anos de carência hoje previsto pela lei

(Ibam), Roberto Saturnino afirma que a aplicação de redutores dos coeficientes de participação municipal nos recursos do FPM prejudicou, no ano passado, 1.740 municípios.

— A perda de recursos, em decorrência da aplicação dos redutores do FPM, atingiu com maior intensidade as regiões mais pobres do país, uma vez que, do total de municípios afetados em 2000,

1.005 localizam-se nas regiões Nordeste (726), Centro-Oeste (141) e Norte (138) — afirmou.

Do ponto de vista demográfico, disse ainda o parlamentar, esses redutores trouxeram maiores prejuízos para municípios de pequeno porte, considerando-se que quase dois terços desses 1.740 municípios têm menos de 20 mil habitantes.

A proposta de Saturnino altera o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal e escalona prazos para adequação dos municípios que perderam recursos no FPM à exigência de limitação das despesas com pessoal. Pelo projeto, os municípios que perderam mais de 33% de recursos do fundo têm prazo de 48 meses para enquadramento; os que amargaram redu-

ção de 10% a 33% contam com 36 meses para adaptação; e aqueles com perdas inferiores a 10% dispõem de 30 meses para se ajustarem à legislação.

De acordo com Roberto Saturnino, o impacto da aplicação dos redutores do FPM nas finanças municipais é significativo em grande parte dessas unidades federadas. Ainda com base em dados do Ibam, o senador informa que os recursos do FPM representam, em média, mais de 40% da receita corrente dos municípios nordestinos e mais de 30% da receita corrente dos municípios das regiões Norte e Centro-Oeste. É para preservar a viabilidade econômica dessas municipalidades que Saturnino defende mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal.



Cabral também destacou o interesse provocado pela sessão de ontem do Senado

Cabral faz saudação pela volta de Ornélas

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) registrou o retorno, ao Senado, do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), que estava licenciado desde abril de 1998, quando foi nomeado ministro da Previdência e Assistência Social. Cabral também registrou a presença do grande número de senadores, fotógrafos e repórteres que acompanharam a sessão plenária de ontem.

Dia Internacional da Mulher

Voto feminino foi conquistado apenas no século 20

As primeiras idéias de garantia de direitos políticos à mulher surgiram na Revolução Francesa. Em 1791, ficou famosa a publicação da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouge, mas as reações contrárias foram tão intensas que, apenas em 1944, a mulher francesa adquiriu o direito de votar.

Na Inglaterra, antes mesmo de terem direito ao voto, as mulheres conseguiram o direito de se candidatar a vagas no parlamento, pelo sufrágio masculino. Foi assim que em 1919, Lady Astor, foi eleita para a Câmara dos Comuns, se tornando a primeira mulher representante do povo. Mas foi nos Estados Unidos, no estado de Wyoming, que as mulheres conquistaram em 10 de dezembro de 1869 o irrestrito direito de votar. Esse foi o marco para que as feministas de outros países intensificassem a luta sufragista.

Era inevitável que as mulheres brasileiras acabassem reivindicando direitos políticos. Em 1919, a paulista Bertha Maria Júlia Lutz, pioneira nas lutas feministas no Brasil, criou a Liga para a Emancipação da Mulher, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino,



uma das instituições que mais lutou pelo voto da mulher.

Nos anos 20, o Congresso Nacional tornou-se o principal palco dos debates em torno do direito ao sufrágio feminino. Dentre os parlamentares, as feministas encontraram um aliado, o então deputado — posteriormente senador — Juvenal Lamartine, membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Candidato ao governo do estado do Rio Grande

do Norte, sua plataforma garantia às mulheres o direito de votarem e serem votadas. Em 25 de outubro de 1927, lei estadual, regulando o serviço eleitoral, estabelecia que não haveria mais distinção de sexo para o exercício do sufrágio no Rio Grande do Norte. Graças a isso, Celina Guimarães Viana, potiguar de Mossoró, tornou-se a primeira eleitora brasileira. Finalmente, em 1932, Getúlio Vargas assinou

o novo Código Eleitoral, que assegurava o direito de voto às mulheres.

Hoje, o Brasil possui cerca de 55,5 milhões de eleitoras, mais de 50% do eleitorado brasileiro. Apesar desse número significativo, a participação da mulher em cargos eletivos ainda é pequena. Nas últimas eleições municipais, as mulheres só conseguiram ocupar 5,7% das prefeituras. No Congresso Nacional, essa pequena representação se confirma. Das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, apenas 35 são ocupadas por mulheres. No Senado, cinco mulheres exercem o mandato de senadoras, num total de 81 parlamentares. Em compensação, a maior cidade da América Latina — São Paulo — está sendo governada, pela segunda vez, por uma mulher.

A luta pela maior utilização do voto feminino em prol de mulheres ainda está começando. A professora de Ciências Políticas da UnB Lúcia Avelar ressalta que "mulher vota em mulher, mas isso é um processo de conquista. Ainda mais quando se tornar evidente que as mulheres sabem politizar os temas que expressam seus interesses na política e despolarizar a ação para conquistá-los".

Senado aprova voto de pesar pela morte de Walther Moreira Salles

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do banqueiro, ex-embaixador e ex-ministro da Fazenda no governo João Goulart Walther Moreira Salles, ocorrido no último dia 27. Pela tradição da Casa, serão enviadas condolências à família.

Ao encaminhar o requerimento, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lembrou de sua convivência com Moreira Salles, salientando que ele foi uma das figuras "mais elegantes, discretas e competentes que o país já conheceu". O senador acrescentou que Moreira Salles, além de ter sido ministro da Fazenda, por duas vezes ocupou o cargo de embaixador do Brasil nos EUA, nos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

— O Senado se engrandece ao votar essa moção de pesar — disse.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) ressaltou que Moreira Salles foi sempre "um homem público exemplar em momentos históricos difíceis", como o do rom-



O senador Lúcio Alcântara foi o autor do requerimento aprovado ontem pelo Plenário

pimento do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. Francelino lamentou não ter podido fazer uma visita ao banqueiro, quando estava recolhido em Araras (RJ), adoentado.

— Durante os contatos que mantive, na Comissão Especial de Cinema, com seu filho, Walther Moreira Salles, um dos cineastas mais importantes da nova geração, pude renovar os laços de estima e consideração que sempre mantive com ele, ao longo de sua vida pública — afirmou o senador.

Eduardo teme o predomínio do econômico sobre o político

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que as decisões que afetam os países e as pessoas estão deixando de ser tomadas no âmbito político, passando a ser ditadas pelo poder econômico. Ele citou como exemplo a proibição pelo Canadá da importação de carne bovina brasileira para atender a interesses econômicos, sob o pretexto oficial de enfrentar a doença da vaca louca.

A preocupação dele é que, "quando o poder econômico se sobrepõe ao poder político, passam a vigorar os interesses individuais dos grupos que detêm a economia sobre os objetivos, aspirações e direitos coletivos da sociedade". Eduardo Siqueira Campos acrescentou que "as decisões mundiais deixaram de ser tomadas com base na justiça, no bem comum e nos acordos de cooperação internacional, para obedecerem aos interesses das grandes corporações".

Para o senador, um caminho alternativo pode ser buscado a partir das declarações do presidente



Eduardo Siqueira Campos se preocupa com o poder das grandes corporações econômicas

Fernando Henrique na posse do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer. Na ocasião, o presidente disse que "Davos e anti-Davos estão errados" e propôs a construção de uma globalização solidária.

— Creio que, se as palavras do presidente tiverem consequência, e espero que tenham, essa nova postura constitui um começo de rumo para reordenar políticas internas e externas, voltadas para a construção de um modelo mais justo, participativo e solidário de organização social — completou.

Requião elogia decisão da Justiça sobre títulos públicos

Senador saúda o Tribunal de Justiça de Santa Catarina por considerar nulos títulos emitidos para pagar precatórios falsos

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) elogiou o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) por ter considerado nulos os títulos emitidos por aquele estado, para pagar precatórios, e posteriormente trocados por títulos federais. Requião explicou que o julgamento da questão se deu após declaração do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que é competência exclusiva dos tribunais estaduais o julgamento desses precatórios. Ele lamentou a posição do Senado, que legalizou títulos que a CPI dos Precatórios havia identificado como irregulares por terem sido emitidos com base em precatórios (débitos públicos decorrentes de decisões judiciais) falsos.

— O Plenário do Senado voltou atrás indevidamente por pressões de instituições financeiras e conveniências políticas. Por interferência direta do Executivo federal, esses títulos foram legalizados e depois trocados por títulos federais e, ago-



Requião criticou o comportamento do Senado ao legislar sobre a matéria

ra, estados e municípios estão devendo quantias que nunca deveriam ter sido validadas — afirmou.

Requião, que foi relator da CPI dos Precatórios, disse que o governador Esperidião Amin e ele próprio sofreram um isolamento político por se terem posicionado contra a legalização dos títulos.

Segundo ele, esse isolamento acabou tornando-se uma vitória diante da decisão do TJSC. "Não me dobrei aos argumentos do senador Jorge Bornhausen (*relator do projeto que legalizou os títulos*) e o governador Esperidião Amin não se dobrou às pressões do governo federal", observou.

Luiz Otávio anuncia pesquisa de petróleo no Norte do país

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) anunciou o início, na semana passada, da última etapa da pesquisa sobre existência de petróleo e gás na costa atlântica do litoral Norte do país, especialmente no Pará e no Amapá. Segundo o senador, dentro de 90 dias será divulgado o resultado das perfurações.

Ele esclareceu que um consórcio internacional, liderado pela empresa BP Brasil, vem realizando uma série de estudos desde 1999 no chamado Cone Amazônico, no nordeste de Macapá, onde técnicos apontam a existência de uma gigantesca bacia sedimentar, propícia para o desenvolvimento de hidrocarbonetos.

Luiz Otávio informou que a área pesquisada mede 39 mil quilômetros quadrados. De acordo com o senador, a notícia reacende um grande sonho de encontrar petróleo no arquipélago do Marajó. Já

no final da década de 70, ministros do ex-presidente Ernesto Geisel realizaram alguns estudos, abandonados antes de confirmarem a presença de petróleo e retomados apenas uma década depois pelo ex-presidente José Sarney. "Foi o que possibilitou os avanços de hoje", disse Luiz Otávio.

Para o parlamentar, a confir-

mação da existência de petróleo e gás significará um salto de desenvolvimento para a região, com a criação de empregos e empresas. Luiz Otávio afirmou que o governo do Pará vem realizando grandes obras de infraestrutura para preparar o estado para um "boom desenvolvimentista".



Luiz Otávio: governo do Pará está preparando o estado para um "boom desenvolvimentista"